

156

Empresas protestam: "ISSO nunca deu certo".

Causaram grande perplexidade as novas regras para os preços estabelecidas, na última terça-feira, pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. O mercado esperava que o realinhamento de preços fosse feito ao sabor do livre comércio, motivo pelo qual as medidas anunciadas pelo ministro, atingindo os preços de quaisquer produtos e serviços, surpreendeu muitos agentes econômicos. O ministro, entendendo que o alinhamento de preços era muito turbulento, resolveu administrá-lo através do Conselho Interministerial de Preços (CIP). O mercado protestou porque, como os preços relativos estão desajustados, muitas empresas foram, de novo, surpreendidas no **contrapé**.

"Estou perplexo", afirmou ontem ao **Jornal da Tarde**, o empresário Alberto Maluf, diretor da Bombril. "Eu já vi esse filme há dois anos com o Dornelles e não resolveu nada", acrescentou ele, lembrando que o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, adotou política de preços semelhante em 1985. O resultado foi o represamento da inflação que, ao se afrouxarem os controles, explodiria nos dois primeiros meses de 1986.

A indignação de Alberto Maluf tem, ainda, outra causa. Líder do mercado de lâ de aço e detergente líquido, a Bombril foi novamente surpreendida no **contrapé** pelas novas regras de preços. A outra vez foi há pouco mais de um ano com a edição do Plano Cruzado que congelou os seus preços. Segundo ele, os preços do arame para a fabricação da lâ de aço cresceram 104% em abril. Os produtos petroquímicos, que representam 65% dos componentes do detergente líquido, tiveram seus preços elevados em 80% também no mês passado. Mas a lâ de aço teve um reajuste de apenas 40% e o detergente de 30%. Por isso, Maluf condena a indexação geral de preços, antevendo que o sistema não funcionará. "Está parecendo um cachorro correndo atrás do rabo. O governo segura com uma mão e dá com a outra."

Outro país

Também o presidente da Semp-Toshiba, expressiva indústria da área eletro-eletrônica, Affonso Brandão Hennel, estava ontem indignado. "Saí do Brasil por dez dias e ao retornar ontem encontrei outro país", desabafou ele. Há dez dias, os preços de seu setor, com exceção de fogões, refrigeradores e cinescópios, estavam liberados. As indústrias remarcavam os preços e em seguida informavam o CIP.

Agora, eles caíram na nova regra: reajuste a cada 30 dias com base em 80% da inflação oficial do mês anterior. "É um retrocesso. O governo não teve força para agüentar o tranco do alinhamento de preços em liberdade", queixou-se Hennel, para quem os abusos nas remarcações não passavam de um movimento como o da maré. "O governo tinha de esperar a maré baixar, mas a impressão é de que o presidente Sarney foi mal informado e assim cortou abruptamente o processo de realinhamento de preços." Hennel acredita que, como resultado do novo sistema, haverá excesso de consumo porque os salários serão reajustados pela inflação plena.

Sem fiscais

Não é bem assim. Mesmo com o **gatilho** salarial estima-se que o poder aquisitivo tenha caído em torno de 20% nos últimos seis meses. Por esse motivo, Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico e um peemedebista atuante, concorda apenas num ponto com Hennel. "O ministro, pressionado, adotou regras que não são de alta eficácia", afirmou ele, ressaltando que force para o sucesso de Bresser Pereira, embora esteja entre os incrédulos. Hoje, não há mais os fiscais do Sarney, o CIP e a Sunab estão desestruturados e será muito difícil para o governo equacionar uma política de preços e abastecimento.

Em alguns setores, se as novas regras não levaram à incredulidade, pelo menos causaram dúvidas. A resolução do CIP de terça-feira manteve resolução anterior, editada no dia 2 de abril, também estabelecendo regras para os reajustes de preços. O documento desta semana expressa contudo que a resolução anterior só é válida nos aspectos não conflitantes. Assim, o diretor da Klabin, grande indústria do setor de papel e celulose, Horácio Cherkassky, revelava ontem a sua dúvida. "Se a resolução do mês passado vale só nos aspectos não conflitantes, penso que ela está anulada".

Cherkassky referiu-se ainda a outra dúvida. A da base que orientará os reajustes futuros de preços. Serão os preços atuais ou o sistema introduzido pela resolução do mês passado, que se reportava a abril de 1986? Fora as dúvidas, o empresário apontou ainda o problema do **contrapé** pois, se existem empresas com preços ajustados, também há as que estão defasadas e a variação de 80% da inflação oficial é insuficiente para recompor suas margens de lucro.

Vicente Dianezzi Filho

Se Cherkassky estava em dúvida, existia ontem um setor que no final da tarde, depois de um dia de muitas análises, chegava a uma certeza. O departamento econômico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) acredita que a nova regra não elimina o protocolo da entidade, assinado com o governo no mês passado estabelecendo normas específicas para o reajuste de preços dos veículos. Ou seja, os preços dos automóveis variarão a cada 30 dias, se os custos de produção subirem acima ou igual à média aritmética da inflação dos últimos dois meses - ou a cada 40 dias com base apenas no aumento dos custos de produção.

O protocolo prevê em troca que o setor vai investir US\$ 1 bilhão até 1988 e exportar US\$ 2 bilhões em veículos no mesmo período. Ou seja, a garantia do reajuste pleno de preços está vinculada à manutenção dos investimentos do setor - o que ontem tanto Cherkassky quanto Hennel apontaram como um grande furo das novas regras do governo. Segundo eles, com os reajustes de preços comprimidos a 80% da inflação, os setores atingidos suspenderão seus investimentos.